

7^C
CONGRESO
LATINOAMERICANO DE
CIENCIA POLÍTICA
BOGOTÁ 2013

alacip
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA CIENCIA POLÍTICA

"A variedade de tipos de orçamento participativo e seu impacto na qualidade da democracia: um estudo comparado sobre as cidades do Rio Grande do Sul"¹

Alfredo Alejandro Gugliano
Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
(UFRGS, Brasil)
Pesquisador do CNPq
alfredogugliano@hotmail.com

Priscilla Rodrigues
Curso de Ciências Sociais UFRGS
Priscila.priae78@gmail.com

Pedro Bittar
Curso de Ciências Sociais UFRGS
Bittar.pedro@gmail.com

Trabajo preparado para presentación en el 7º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

¹ Texto fruto de pesquisa financiada com recursos da FAPERGS.

"A variedade de tipos de orçamento participativo e seu impacto na qualidade da democracia: um estudo comparado sobre as cidades do Rio Grande do Sul"²

Alfredo Alejandro Gugliano
Priscila Rodrigues
Pedro Bittar³

Resumo:

O estado do Rio Grande do Sul é conhecido em termos desta temática, devido ao caso de Porto Alegre, cidade que foi o berço dessa proposta. O orçamento participativo da capital gaúcha completou, no presente ano, vinte e quatro anos de atividade ininterrupta, podendo ser considerado como um dos casos mais extensamente estudados sobre o tema. Contudo, até o momento há poucos estudos sobre orçamentos participativos em outros municípios gaúchos, assim como também não são muitos as pesquisas regionais sobre a questão. Precisamente este é o tema deste trabalho centrado na apresentação de alguns elementos da pesquisa que estão sendo realizada sobre essa questão.

Palavras-Chave: orçamento participativo

1. Introdução

A área comparada de estudos sobre a democracia vem crescendo nos últimos anos, o que necessariamente não quer dizer que tenha aumentado a homogeneidade dos trabalhos. De maneira geral, há uma tendência da área a abordar a democracia desde uma perspectiva restrita, principalmente referindo-se aos fenômenos que envolvam instituições políticas.

De uma forma ou de outra, existe uma gama grande autores no campo das ciências sociais, dedicado ao tema da teoria democrática, que demarca seu campo de análise a partir de parâmetros vinculados à dinâmica institucional. Isso tem sua importância na medida em que esse ponto de partida interfere na forma como o conceito de democracia é definido.

A vantagem dessa aceção está na simplificação da análise política, visto que a mesma pode se restringir a uma perspectiva descritiva do desenvolvimento da democracia, agilizando a reprodução dos modelos. Porém, a mesma também sofre com o peso do alheamento social, problemas gerados pela desconsideração da influência dos diferentes processos sociais que, mesmo não sendo institucionais, acabam interferindo no desenvolvimento das democracias.

Um importante exemplo dessa análise realista da democracia pode ser encontrado em Arendt Lipjhardt, Modelos de Democracia, análise de trinta e seis países tomando como ponto e partida a diferenciação entre democracias majoritárias (ou Modelo Westminster – Reino Unido e Nova Zelândia) e democracias consensuais (Suíça e

² Texto fruto de pesquisa financiada com recursos da FAPERGS.

³ Gugliano é Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do CNPq. Rodrigues e Bittar são estudantes do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, respectivamente, Bolsistas PIBIq/CNPq e BIC/FAPERGS

Bélgica) -, que estuda as democracias desde a ótica das relações que envolvem os poderes executivo/legislativo e os partidos políticos em nível nacional.

Diretamente relacionado com essa perspectiva pragmática está a identificação da democracia com as regras do jogo, expressão cunhada especialmente por Norberto Bobbio e amplamente utilizada entre cientistas políticos (Quadro 1). Por regras se entenderiam as normas que garantiriam o bom funcionamento de um sistema democrático. Entende esse autor a existência de pelo menos nove regras básicas a partir das quais é possível descrever os fundamentos que minimamente possibilitam o funcionamento de uma democracia.

Uma variação dessas ideias pode ser encontrar em Robert Dahl que, na Poliarquia, se refere a oito critérios gerais: 1. Direito ao voto; 2. Direito a ser eleito; 3. Direito dos líderes políticos de competirem por apoio e votos; 4. Eleições livres e honestas; 5. Liberdade de reunião; 6. Liberdade de expressão; 7. Fontes alternativas de informação e 8. instituições capazes de fazer com que as medidas do governo dependam do voto e de outras manifestações da vontade popular.

QUADRO 1: REGRAS DA DEMOCRACIA

1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido de que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar da confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo.

Uma alternativa a esse modelo dominante passaria por analisar a teoria democrática pensando na sua prática, mas, também nos detendo mais especificamente nos seus fundamentos, ou seja, a forma como entendemos o significado da democracia e suas variações. Desde esse prisma, a democracia é uma experiência histórica, como afirma Charles Tilly, como também é uma experiência social e uma experiência cultural de formação do conjunto dos elos que conformam instituições e cidadãos democráticos.

Parte-se da ideia de que não há equívoco em pretender analisar a prática da democracia, porém, é inconcebível pensar em regras do jogo que não reflitam determinadas concepções do jogo democrático. Desse modo, do que se trata não é

apenas de ver o funcionamento do jogo, mas, precisamente delimitar o que está por atrás das regras que faz com que as mesmas sejam reconhecidas como regulamentações.

Collier e Levitsky, num trabalho chamado: Democracia com adjetivos, depois de um extenso recorrido por diferentes acepções democracia, desenvolvem o que consideram suas três principais fundamentações.

Definición en base a un mínimo procedimental	Definición en base a un mínimo procedimental expandido	Definición o concepción maximalista
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elecciones libres 2. Sufragio universal 3. Participación plena 4. Libertades civiles 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elecciones libres 2. Sufragio universal 3. Participación plena 4. Libertades civiles 5. Los gobernantes electos tienen poder efectivo para gobernar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elecciones libres 2. Sufragio universal 3. Participación plena 4. Libertades civiles 5. Los gobernantes electos tienen poder efectivo para gobernar 6. Igualdad socioeconómica y/o altos niveles de participación popular en las instituciones económicas, sociales y políticas; control en los procesos de toma de decisiones y todos los niveles de políticas.

Independente dos formatos dos modelos de comparação das democracias, um tema que vem ganhando força é o da participação. Nesse sentido, a proposta aqui é apresentar análise sobre experiência de gestão pública participativa no Rio Grande do Sul, especificamente os orçamentos participativos. Por gestão participativa se entende a formulação de políticas públicas por meio de canais onde a população tem participação ativa, isto é, existe um debate público que desemboca numa deliberação por parte dos participantes da discussão e, conseqüentemente, no encaminhamento dessas definições por parte do governo. A gestão participativa representa ao mesmo tempo uma alternativa ao modelo gerencial-burocrático assim como ao modelo da nova gestão pública. afastar

O orçamento participativo faz parte, mais que isso, é uma das mais potentes propostas enquadradas no que é possível chamar de *mecanismos de gestão pública participativa*, estruturas que possuem como marca de origem a inclusão extra-eleitoral dos cidadãos na resolução de temas da administração pública. Instâncias que podem discutir desde temas da rua e do bairro de uma unidade local, até problemas relacionados com a administração do Estado e seus quadros.

Vários autores se dedicaram, no último período, a caracterizar os orçamentos participativos. Deixando de lado a linha do desejável, isto é, as características que idealmente consideramos essenciais, e passando para uma análise voltada para a prática efetiva dos orçamentos participativos é possível elencar algumas definições:

1) Os orçamentos participativos são plurais, tendo como único parâmetro comum fato de serem instâncias vinculadas à formulação das diretrizes do orçamento público. Não existe um único modelo, nem fórmula ou muito menos um formato que possa ser reproduzido mecanicamente diante de qualquer circunstância. Orçamentos participativos precisamente refletem a capacidade dos gestores interagirem com os cidadãos com intuito de gerar instâncias públicas que agilizem a formulação de políticas públicas pela população.

- 2) Os orçamentos participativos são espaços de debate público. Nesse sentido, se caracterizam pela existência de espaços presenciais ou virtuais nos quais a liberdade de opinião seja plena e sejam garantidas reais condições para a apresentação de diferentes concepções e propostas relacionadas com o investimento público e sua fundamentação.
- 3) Os orçamentos participativos são arenas de decisão, são espaços nos quais a população decide o que investir e onde investir os recursos públicos.

Desta forma, consultas públicas, enquetes, fóruns virtuais, diferentes formas de auscultar os interesses da população, são formas relevantes de aproximar o governo dos cidadãos, mas, não são orçamentos participativos. Assim como também não deveríamos chamar dessa forma a votação de demandas por parte da população – propostas frequentemente formuladas e “requeitadas” pelas equipes de governos - em sistemas que reproduzem a participação eleitoral.

Independentemente das fórmulas ou formatos adotados, somente é possível considerar orçamentos participativos àquelas experiências que agregam as três características citadas: a) são responsáveis pela formulação do orçamento público; b) possuem instâncias de debate públicas e abertas; c) efetivamente deliberam políticas orçamentárias. Com isso podemos dizer quais são e quais não são experiências de orçamento participativo, o que necessariamente não quer dizer que essas sejam práticas eficientes de gestão pública em todos os casos nos quais se aplicam.

O estado do Rio Grande do Sul é conhecido em termos desta temática, devido ao caso de Porto Alegre, cidade que foi o berço dessa proposta. O orçamento participativo da capital gaúcha completou, no presente ano, vinte e quatro anos de atividade ininterrupta, podendo ser considerado como um dos casos mais extensamente estudados sobre o tema. Contudo, até o momento há poucos estudos sobre orçamentos participativos em outros municípios gaúchos, assim como também não são muitos as pesquisas regionais sobre a questão. Precisamente este é o tema deste trabalho centrado na apresentação de alguns elementos da pesquisa que estão sendo realizada sobre essa questão.

2. Novas práticas democráticas na globalização

As práticas democráticas, hoje em dia, transformam-se velozmente. Contudo, poderíamos falar que, no caso do sistema democrático representativo, elas desembocam numa restrita variedade de modelos de democracia⁴. Por exemplo, Arend Lipjhart (1999) descreve fundamentalmente dois: o consensual e o majoritário. Craigh B. McPherson (1977) vai um pouco mais longe e chega a falar em quatro modelos: protetor, desenvolvimentista, de equilíbrio e, numa categoria aparte, o modelo participativo. Independentemente dos formatos, a identidade de todas as variáveis do modelo representativo de democracia dá-se pela centralidade dos mecanismos eleitorais de resolução de conflitos. A fórmula é resumida pela conhecida caracterização da democracia como um método de escolha dos dirigentes por meio do voto em políticos profissionais e partidos (Schumpeter, 1983, 343-360).

Em compensação, se utilizamos como referência as experiências democrático-participativas, o número de modelos poderia ser expandido sem maiores dificuldades. Num universo variado de casos, encontramos autores denominando propostas democráticas alternativas de *democracia participativa*, *democracia deliberativa*; ou

⁴ A caracterização de modelos de democracia é utilizada de acordo com a acepção de: HELD, 2006, p. 6-7.

ainda de *democracia direta, forte, socialista, radical, redistributiva, popular*, entre outros (Barber, 2004; Dryzek, 2000; Laclau; Mouffe, 2001; Poulantzas, 1981; Rosemberg, 1986; Santos, 2002; Wainwright, 2003).

Mesmo com diferentes nomenclaturas, em cada uma dessas variações também existe um espaço preenchido pelas fórmulas eleitorais que regulam a escolha de governantes. Contudo, aí não está o centro do processo político democrático, este se encontra na diversidade de mecanismos de inclusão dos cidadãos na gestão do Estado e de graus de interferência da sociedade civil nas políticas públicas⁵.

O fato das práticas participativas nem sempre serem institucionalizadas ou regulamentadas juridicamente por meio de procedimentos administrativos, acaba favorecendo a multiplicação de experiências onde os cidadãos tomam as rédeas de diversos aspectos da gestão estatal. Nesse sentido, anualmente brota expressivo número de práticas democráticas de participação cidadã inseridas em diferentes campos sociais, redes nas quais se dão as disputas das diversas formas de poder: político, cultural, educacional, econômico, entre outros (Bourdieu, 1997, p. 47-52).

O despertar de um *boom* de experiências participativas no raiar do século XXI não é coincidência. Boaventura de Sousa Santos (2002) insere esta discussão naquilo que designou globalização contra-hegemônica, movimento de ruptura com a lógica liberal a partir da estruturação de novas alternativas sociais. Nesta proposta, haveria uma diluição das fronteiras entre o local e o global, de modo a fazer com que

(...) o local contra-hegemônico também aconteça globalmente. Para isso não basta promover a pequena escala em grande escala. É preciso desenvolver, (...), uma teoria da tradução que permita criar inteligibilidade recíproca entre as diferentes lutas locais, aprofundar o que têm em comum de modo a promover o interesse em alianças translocais e a criar capacidades para que estas possam efectivamente ter lugar e prosperar” (Santos, op. cit., 74).

Mesmo colocando ressalvas a como é utilizada a associação entre os conceitos de globalização e contra-hegemonia, Peter Evans (2005) destaca essa expressão como uma forma de manifestar inconformismo com os efeitos perversos da globalização econômica, assim como de afirmar a possibilidade de alternativas ao sistema dominante, sobretudo por meio da redistribuição da riqueza. Segundo o autor, a defesa da globalização contra-hegemônica contribuiria para a constituição de novas organizações comunitárias, social e ecologicamente sustentáveis, geradas pela ação de diversos agrupamentos internacionais anti-sistêmicos vinculados aos movimentos dos trabalhadores, mulheres e ambientalistas.

A possibilidade de coexistência de várias globalizações é discutível. Há pouco tempo atrás, os debates sobre o tema estavam centrados nos prós e contras da globalização (Held e McGrew, 2001) e só muito recentemente iniciaram as argumentações sobre a gestação de uma globalização encapsulada em outra, como as *matyioshkas* russas.

Esse debate veio à tona devido a que a globalização do mundo acarretou o desenvolvimento de um conjunto de mobilizações da sociedade civil que, ao invés de

⁵ Em função da especificidade deste texto não é possível estender-me no detalhamento dos modelos de democracia baseados em processos participativos. Não obstante, cabe mencionar que as diferenças entre os mesmos não são apenas semânticas, mas, expressam a heterogeneidade de visões sobre as reais dimensões de poder a ser ocupado pelos mecanismos de participação cidadã.

contribuírem para a internacionalização das relações de mercado, acabaram mundializando a crítica ao capitalismo e aos principais organismos econômicos internacionais.

Da Cúpula da Organização Mundial do Comércio de Seattle (1999) até a recente Conferência Mundial do Clima de Copenhague (2009), foram sendo constituídas importantes redes internacionais de informação e mobilização social, possuindo como característica comum a organização de uma sociedade civil global com o fim de pressionar diferentes fóruns multinacionais (Keane, 2003).

De modo semelhante, a globalização também estimulou a implantação de ambiciosos projetos de transformação das estruturas políticas tradicionais em âmbitos mais restritos, envolvendo estruturas nacionais e subnacionais. Esse seria o caso da multiplicação internacional de orçamentos participativos e seu impacto sobre as políticas orçamentárias, uma esfera de governo tradicionalmente definida via procedimentos técnico-burocráticos e interesses corporativos de cada governo.

Há pouco tempo atrás, a ocupação popular de Villa El Salvador (Peru) era um dos escassos episódios de inovação da gestão pública participativa que conseguia romper com diferentes tipos de barreiras de informação, vindo à tona para ser conhecida em nível internacional. Depois veio o orçamento participativo de Porto Alegre e, na mesma época, a descentralização participativa de Montevideú, ambas as propostas inauguradas ainda no início da década de 1990.

No século XXI, dificilmente arriscaríamos enumerar as experiências participativas existentes em nível mundial e, diante do seu crescimento vertiginoso, não é fácil encontrar país latino-americano no qual inexistam canais de participação cidadã na gestão pública. Num ambiente plural de experiências é possível contabilizar orçamentos participativos, comunas regionais, mesas de negociação social, assembléias cidadãs, conselhos de políticas públicas, conselhos populares, conselhos dos povos originários, agendas 21, entre outros. Todavia, nesse universo de experiências participativas, o caso do orçamento participativo de Porto Alegre continua a ganhar destaque por seu êxito e longevidade, sendo uma proposta executada ininterruptamente nos últimos vinte anos.

3. Em busca de novos horizontes: cidadania e participação como parâmetros de qualidade

Muitas das críticas aos estudos sobre o tema da qualidade da democracia sublinham que, geralmente a literatura apresentada, demonstra pouco ou nenhum interesse na relação entre qualidade democrática e cidadania. Algo que poderia ser irrelevante, se não fosse o fato de que o tema da qualidade da democracia está diretamente relacionada com os processos de expansão de direitos, representação e participação dos cidadãos nos diferentes espaços de poder político presentes na sociedade (Garretón, 1997).

Usualmente, os indicadores de qualidade aderem de maneira muitas vezes irrefletida à redução do universo semântico a partir do qual a cidadania foi reinterpretada pelo neoliberalismo. Utilizando os termos cunhados por Albert Hirschman (1986), as pesquisas sobre qualidade da democracia refletem uma concepção de cidadania que não se relaciona com o interesse público, mas, diz respeito ao “ensimesmamento” do interesse privado no qual o cidadão fica reduzido ao papel de eleitor. Consequentemente, mesmo existindo o quesito participação em vários indicadores de qualidade democrática, esse é visto apenas como participação eleitoral.

Ao reduzir o possível universo de compreensão do conceito de cidadão, não só se restringe a definição de democracia a uma noção formalista, como também se deixa

de lado outras formas de experimentação democrática que vem sendo utilizadas para modernizar os sistemas democráticos tradicionais. Nesse sentido, a grande quantidade de orçamentos participativos, comunas populares, cabildos indígenas, assembleias de bairro, entre outros, presentes na América Latina, não só muitas vezes deixam de pontuar na hora de auferir indicadores de qualidade democrática, como inclusive podem ter um peso negativo se identificados como manifestações de governo iliberais ou enquadrados enquanto práticas de nações hostis, principalmente pela diplomacia norte-americana.

Todavia, é incontestável que uma das principais características de uma democracia qualificada é a existência de uma cidadania ativa, algo que vai além de procedimentos eleitorais. Para o autor, entender o desenvolvimento da democracia liberal requer diferenciar pelo menos três tipos de cidadania: os cidadãos passivos, aqueles que se restringem a cumprir com suas obrigações políticas reguladas juridicamente e eventualmente participam de atos políticos. Os cidadãos políticos, um segundo tipo de cidadania, para os quais a política é uma profissão. Eles formam o extenso corpo de políticos profissionais com ou sem cargo público, com ou sem remuneração, que fazem da política um trabalho com todas as suas características. E ainda haveria um terceiro tipo, o cidadão ativo, “(...) que intervém na esfera pública visando à melhoria das condições de vida democráticas, exercer sua liberdade e, principalmente, cultivar a virtude suprema da república, a fraternidade” (Giner, 2005, p. 19).

Essa caracterização de múltiplas cidadanias reforça a ideia de que a democracia contemporânea cada vez mais se define pela sua diversidade, o que torna uma ilusão a busca de um conceito de qualidade da democracia que seja universal. Assim sendo, a caracterização de indicadores de qualidade enquanto um instrumento para criar listas de democracias boas, más ou feias é apenas um dos possíveis destinos para esse tipo de estudo, existindo outras possibilidades relacionadas com a transformação da qualidade da democracia num instrumento capaz de oferecer informação para que possamos alcançar uma maior e uma melhor democracia.

Essa ideia está presente em autores que apresentam dimensões alternativas de qualidade da democracia e alertam sobre a necessidade desse conceito ser trabalhado desde a perspectiva do compromisso social da democracia, da prática política articulada a uma visão de mundo, aquilo que Max Weber sublinhava como a *Weltanschauung*. Essa é uma preocupação central de Guillermo O’Donnell ao sublinhar a importância de articular democracia com direitos humanos e desenvolvimento humano, entendendo a influência recíproca entre essas três dimensões.

Em contextos nos quais parte significativa dos cidadãos não conquistou um patamar básico em termos de condições de vida, acesso a bens sociais, alimentação e saúde, entre outros, falar em qualidade da democracia deveria nos remeter diretamente às estratégias que estão sendo executadas para superar essa situação e aos resultados dessas políticas. Desde essa ótica, mais do que pensar uma lista definitiva de quesitos a serem cumpridos, a qualidade da democracia poderia ser uma metodologia visando fortalecer canais de diálogo entre a sociedade e o estado, com intuito de desenvolver políticas que potencializem a constituição de uma base comum de direitos e garantam vida digna a todos.

Mesmo não tendo a intenção de desenvolver mais um ranking da democracia, Guillermo O’Donnell (2012) aponta para uma série de questões que deveriam estar presentes na hora de analisar o estado democrático no plano mundial:

- quantidade e características da população com direitos sociais mínimos; indivíduos afetados pela falta de acesso a serviços de saúde, por doenças

preveníveis e deficiências herdadas ou adquiridas, causadas por qualquer das privações listadas nesses itens; analfabetos absolutos ou funcionais, e de taxas de matrícula e deserção nos diversos níveis educativos; indivíduos desempregados ou trabalhando em condições de precariedade social, não tendo reconhecidos seus direitos civis ou trabalhistas básicos.

- quantidade e características da população que são ou tenham sido vítimas de violência física, assim como de indivíduos sem acesso ou com acesso precário à justiça;
- indicadores de violência, direitos sociopolíticos dos estrangeiros e casos de xenofobia

Como é possível observar nos pontos anteriores, o objetivo não foi criar indicadores genéricos, mas, apontar elementos com o intuito de estender os reflexos da boa qualidade da democracia a todas as camadas sociais, mais notadamente aquelas cujo cotidiano é assolada por desigualdades extremas.

Visões como a anterior não só expressam uma maneira original de encarar a problemática da qualidade democrática, mas, principalmente propagam uma forma de olhar diferenciado sobre a descrição do que deveria ser considerada uma democracia. Como explica Amartya Sen (2000), dificilmente poderia se pensar a democracia sem refletir sobre as suas práticas, pois, mesmo a democracia sendo central em termos da sua importância intrínseca, sua contribuição instrumental e seu papel constitutivo na criação de normas e valores, seu grande desafio está em criar oportunidades para que desenvolvimento humano possa ser articulado com justiça social.

4. Estudos regionais sobre orçamentos participativos

Num levantamento prévio sobre referências bibliográficas relacionadas com o tema de investigação proposto, não se poderia se deixar de lado as pesquisas realizadas em nível nacional que, até o momento, são uma das principais fontes de informação sobre os casos regionais. Muito especialmente se destaca neste quesito o a investigação coordenada por RIBEIRO e GRAZIA (2003), sobre o orçamento participativo no Brasil, no período 1997-2000, onde aparecem alguns dados gerais sobre as características dos municípios que realizaram orçamentos participativos no período estudado pelas autoras, assim como sobre o funcionamento dos orçamentos participativos. Este estudo foi complementado pelo por meio de levantamento realizado por Briam Wampler e divulgada pelo Instituto Pólis (POLIS, 2006), no qual constam as cidades que desenvolveram orçamentos participativos entre 1989-2004.

No caso do Rio Grande do Sul, de um modo geral são poucos os trabalhos que analisam um maior número de casos de orçamentos participativos em nível local. Por exemplo, SILVA (2001) pesquisou sobre o orçamento participativo na região metropolitana de Porto Alegre, área que abrange 31 municípios da região, trabalho desenvolvido em sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Outros estudos que analisam casos municipais gaúchos podem ser encontrados em: PASE, 2001; RACHID, 2005.

No que diz respeito ao caso estadual, também existem diversos trabalhos que se dedicaram ao extinto orçamento participativo estadual, organizado na gestão de Olívio Dutra no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1999-2002, experiência não retomada pelo atual governo do estado liderado pelo Partido dos Trabalhadores.

Exemplo de pesquisas sobre esse tema é o trabalho desenvolvido por FARIA (2005), que investigou o tema na tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sobre o tema cabe ainda comentar que existem estudos que analisam as características regionais da implantação do orçamento participativo no caso do Estado de São Paulo, principalmente uma pesquisa organizada nos marcos do Instituto Pólis (CARVALHO; TEIXEIRA; ANTONINI, 2002). Do mesmo modo, há estudos sobre o desenvolvimento dos orçamentos participativos nos municípios de Santa Catarina, como seria o caso do trabalho organizado por BORBA e LUCHMANN (2007). Todavia, o mesmo ainda não foi feito no caso do Rio Grande do Sul.

No caso dos dados do estudo nacional de RIBEIRO e GRAZIA (op.cit.), as informações trazidas à tona pelas pesquisadoras se referem, em termos do Rio Grande do Sul, especificamente ao número de cidades onde a proposta havia sido executada no período, assim como a sua população. A publicação, por exemplo, não detalha quais os nomes ou as características das cidades gaúchas que desenvolveram orçamentos participativos no período.

Apesar da citada ausência de informações mais amplas, os dados do citado estudo nacional apontam que naquele momento o Rio Grande do Sul era a segunda região do país com maior número de casos de orçamentos participativos, ficando atrás apenas de São Paulo. Além disso, também é relevante que as autoras chamem a atenção para o fato de que, no estado gaúcho, quase 60% dos 21 casos de orçamento participativo analisados correspondem a experiências em cidades com menos de 20 mil habitantes.

5. Orçamentos Participativos no Rio Grande do Sul

Entre as informações gerais coletas pela pesquisa dos orçamentos participativos no Rio Grande do Sul, o primeiro que salta aos olhos é o crescimento de casos de orçamentos participativos no estado: 42 casos comprovados no período 2009-2012.

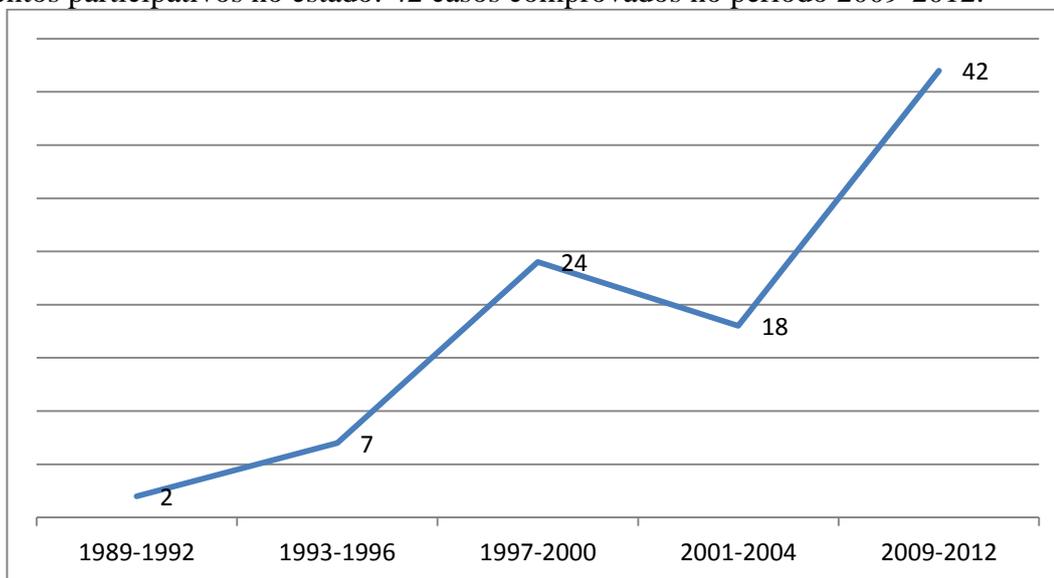


Figura 1: Quantidade de cidades com orçamento participativo (Rio Grande do Sul, 1989-2012)

Fonte: Ribeiro; Grazia (op. cit.); Gugliano; Rodrigues; Bittar (2012)

Diferentemente do apontado para o período 1997-2001 por RIBEIRO e GRAZIA (op. cit.), apenas 26% dessas cidades possuem população inferior a 20.000 habitantes. No presente levantamento, na maioria dos casos se trata de cidades

populosas entre as quais estão pelo menos oito das dez cidades mais populosas do estado. Em números gerais, estamos falando que no período estudado aproximadamente a metade da população do Rio Grande do Sul vivia em cidades nas quais a proposta de orçamento participativo estava sendo desenvolvida, universo de mais de quatro milhões de gaúchos.

Também cabe destacar que, entre as cidades onde foi possível confirmar essa informação, a grande maioria dos orçamentos participativa representa a continuidade de propostas anteriores, sendo que uma parte considerável das experiências possui mais de uma década de funcionamento.

Tabela 1- Período de Início do Orçamento Participativo

Início	Nº de municípios	Incidência %
Anteriores à 2000	5	11,9
Entre 2001 e 2008	9	21,4
2009	9	21,4
2010	1	2,4
2011	0	0,0
2012	0	0,0
Sem informação	18	42,9
Total municípios com OP	42	100,0

Fonte: Pesquisa orçamentos participativos gaúchos

Outro aspecto em relação aos dados sobre as cidades que desenvolveram essa proposta no período estudado, diz respeito ao perfil socioeconômico. Mesmo neste momento não apresentando o conjunto dos dados da pesquisa, é possível estabelecer algumas características das cidades onde se desenvolveram os orçamentos participativos:

- 70% dos casos com taxas de analfabetismo da população com mais de 18 anos abaixo dos 5%;
- 69% dos casos com IDH considerado alto ou muito alto;
- 70% dos casos com taxas de miséria extrema inferior a 2%.

Outro dado interessante é o número exíguo de orçamentos participativos em cidades nas quais predomina a população rural, sendo a esmagadora maioria dos casos em cidades nas quais predomina o meio urbano.

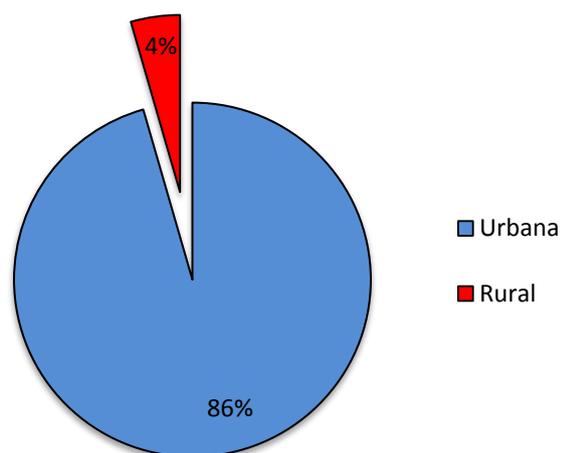


Figura 2: População Rural/Urbana Cidades com Orçamento Participativo
Rio Grande do Sul 2009-2012

Fonte: Pesquisa orçamentos participativos gaúchos

O que nossos dados vêm indicando é que, pelo menos no caso gaúcho, o orçamento participativo está sendo desenvolvido em cidades que possuem melhores indicadores socioeconômicos, não atingindo de maneira mais consistente municípios que possuem maiores precariedades sociais. Esse é um dado importante porque, entre outras coisas, afeta diretamente o debate sobre a capacidade dessa proposta interferir na redução de desigualdades sociais.

Mesmo a proposta de orçamento participativo tendo sido lançada pelo Partido dos Trabalhadores em sua gestão da Prefeitura de Porto Alegre, em 1989, pelo menos desde meados da década de noventa, diversos especialistas sublinham o surgimento de novas experiências em prefeituras dirigidas por outros partidos políticos (Ribeiro; Grazia, op. cit.); Wampler, 2007; Borba; Luchman, op. cit.). E nossos dados corroboram essa observação. No Rio Grande do Sul, temos casos de orçamentos participativos levados à frente por prefeituras controladas por partidos de diferentes espectros políticos, entre os quais a principal exceção é o Partido da Social Democracia Brasileira que, entre os cinco maiores partidos do país em termos de número de filiados (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, Partido Progressista, Partido da Social Democracia Brasileira e Partido Democrático Trabalhista) é o único que não possui nenhuma prefeitura executando a proposta na região.

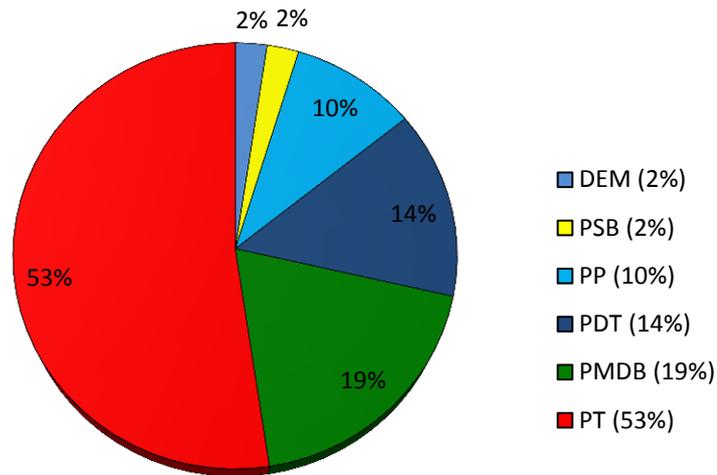


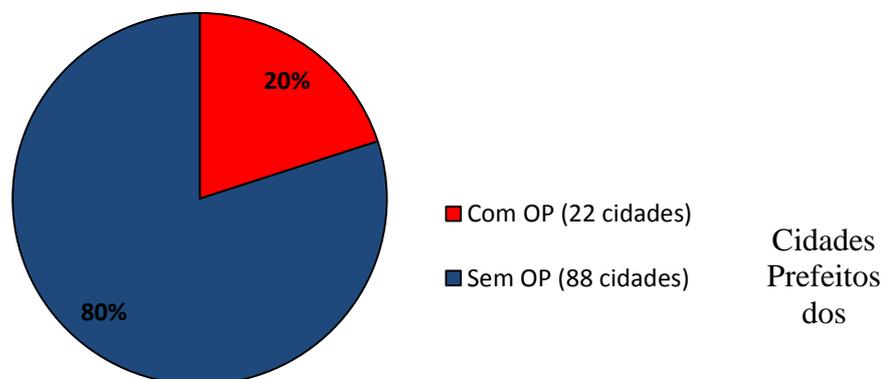
Figura 3: Partidos políticos dos Prefeitos nas cidades com orçamento participativo no Rio Grande do Sul (2009-2012)

Fonte: Pesquisa orçamentos participativos gaúchos

Não obstante isso, o que chama ainda mais a atenção é a performance do Partido dos Trabalhadores na execução dos orçamentos participativos gaúchos, precisamente um dos estados no qual o partido controlou o governo estadual na maior parte do período estudado na fase anterior da pesquisa.

Em termos de dados gerais, o desempenho desse partido não chega a ser uma novidade, considerando que praticamente a metade das experiências executadas esteve assentada em prefeituras na qual o mesmo estava à frente. Porém, se fizermos essa mesma análise em termos das cidades do estado nas quais o Partido dos Trabalhadores esteve presente no poder executivo central, na condição de prefeito ou vice-prefeito, veremos que 80% das prefeituras comandadas pelo partido não desenvolveram nem mesmo um esboço da proposta.

Figura 4:
com
do Partido



Trabalhadores com e sem orçamento participativo
Fonte: Pesquisa orçamentos participativos gaúchos

6. Considerações Finais

No presente texto os autores pretenderam apresentar alguns avanços dos resultados de uma pesquisa sobre os orçamentos participativos no Rio Grande do Sul. A pesquisa está em fase final da sua primeira etapa e os dados, já sistematizados, estão começando a ser analisados e organizados no formato de relatório de pesquisa.

Neste “adiantamento” dos resultados da pesquisa consideramos importante destacar três aspectos. O crescimento dos orçamentos participativos na região, algumas características gerais das cidades que realizaram a proposta na última legislatura, assim como os partidos políticos envolvidos com a proposta. Num trabalho futuro esperamos não somente apresentar mais dados sobre esses temas, mas também tornar públicas as informações sobre os desenhos participativos predominantes da proposta.

Com isso nossa única pretensão é colaborar com o desenvolvimento de pesquisas sobre esse tema e oferecer informações que possibilitem, não somente à academia, mas também à sociedade civil e governos, aperfeiçoar a implantação dessa proposta em nível local.

Bibliografia

AVRITZER, Leonardo. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Baltimore: Johns Hopkins University, Press, 2009.

_____. **Sociedade civil, instituições participativas e representação**: da autorização à legitimidade da ação. Dados, v. 50, n. 3, p. 43-64, 2007.

_____. O “Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico”. In: _____. NAVARRO, Zander. Orgs. **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Org. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ARISTÓTELES. Política. (várias edições)

BARBER, Benjamin. **La democracia en un mundo independiente postsoberano**. Sistema, n. 203-204, p. 35-44, may. 2008.

BARBER, Benjamin. **Strong Democracy**. Berkeley: University of California Press, 2003.

BARRERA, AUGUSTO. Innovación política y participación ciudadana. Tendencias democráticas en los gobiernos locales. In: POGGIESE, Héctor; EGLER Tamara T. C. Org. **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

BEJAR, Helena. **El corazón de la república**. Madrid: Paidós, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORBA, Julian; LUCHMANN, Ligia. Org. Orçamento Participativo. **Análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina**. Florianópolis, Insular, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. **Razones Prácticas**. Barcelona: Anagrama, 1997.
- BOURKE, Richard. **Enlightenment, Revolution and Democracy**. Constellation, v. 15, n. 1, p. 10-32, march 2008. [Portal Capes]
- CABAÑES, Yves. **Presupuesto participativo y finanzas locales**. Quito, CIGUALC, 2004.
- CARVALHO, Maria do Carmo Albuquerque; TEIXEIRA, Ana Claudia C.; ANTONINNI, Luciana; MAGALHÃES, Inés. **Orçamentos participativos nos municípios paulistas: gestão 1997-2000**. São Paulo: PÓLIS, 2002
- CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto (IV). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. COHEN, Jean. **Sociedade Civil e Globalização**. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.
- CORAGGIO, José Luis. Las políticas públicas participativas: ¿obstáculo o requisito para el desarrollo local? In : ROFMAN, Adriana y VILLAR, Alejandro. Comp. **Desarrollo Local: una revisión crítica del debate**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.
- COTTA, Maurizio. Representação Política. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Org. **Dicionário de Ciência Política**. Brasília, UnB, 1995
- CRICK, Bernard. **Democracy**. New York: Oxford University Press, 2002.
- DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (eds.), **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.
- DAHL, Robert. **La Poliarquia**. Madri, Tecnos, 1999. (existe trad. bras.)
- DAHL, Robert. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. **Quality of democracy. An overview**. Journal of Democracy, v. 15, n. 4, pp. 23-31, 2004.
- DIDEROT, Denis; D'ALAMBERT, Jean Le Rond. **Verbetes políticos da Enciclopédia**. São Paulo, UNESP, 2006.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, Edusp, 1999.
- DRYZEK, John S. **Deliberative democracy in divided societies: alternatives to agonism and analgesia**. Political Theory, v. 33, n. 2 p. 218-242, jun. 2005. [Portal Capes]
- ELEY, Geof. **Forjando a democracia**. São Paulo, Perseu Abramo, 2005.
- EVANS, Peter. Counter hegemonic Globalization. Transnational Social Movements in the Contemporary Global Political Economy. In: JANOSKY, Thomas et al. Ed. **The Handbook of Political Sociology New York: Cambridge University Press, 2005. p. 2005. p. 655-670.**

FARIA, Claudia Feres. **Fóruns Participativos, controle democrático e a qualidade da democracia no Rio Grande do Sul.** Opinião Pública, n. 12, p. 378-406, 2006.

_____. **O Estado em Movimento: Complexidade social e participação política no Rio Grande do Sul.** Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política – Tese de Doutorado)

FEDOZZI, Luciano. **O poder da aldeia. Gênese e História do Orçamento Participativo de Porto Alegre.** Rio de Janeiro: Tomo, 2002.

FUNG, Archon; WRIGHT, Olin. **Deliberation before the revolution.** Toward an ethics of deliberative democracy in an unjust world. *Political Theory*, v. 33, n. 2, p. 5-41, jun. 2005. [Portal Capes]

_____; OLIN WRIGHT, Erik. Ed. **Deepening Democracy.** London: Verso, 2002.

GAVENTA, John. Hacia una gestión participativa de los asuntos públicos locales. In: MAZA, Gonzalo et al. **Innovación y ciudadanía en la gestión territorial: el rol de los municipios.** Santiago: FSP, 2004.

GOLDFRANK, Benjamín, **Los presupuestos participativos en América Latina: éxito, fracaso y cambio,** *Revista de Ciencia Política*, v. 2, n.26, p. 03-28, 2006.

GOODIN, Robert. **Innovating Democracy.** New York: Oxford University Press, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. Acesso em: 29 Jul 2010. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>>

GRET, Marion; SINTOMER, Yves. Porto Alegre, A esperança de uma democracia. São Paulo, Loyola, 2002
HARNECKER, Marta. **Delegando poder a la gente.** Caracas, Monte Ávila, 2004.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro ; RODRIGUES, Priscila ; BITTAR, Pedro . **Dúvidas e retrocessos no orçamento participativo brasileiro.** In: XI Congresso Nacional de Ciencia Política, 2013, Paraná, Entre Rios. XI Congresso Nacional de Ciencia Política. Buenos Aires: SAAP, 2013. v. 1. p. 1-19.

_____. **Mirando hacia el sur.** *Sistema*, n. 203-204, p. 149-169, 2008.

_____. **O impacto das democracias participativas na produção acadêmica no Brasil.** *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, p. 43-60, 2005.

_____. **Participação e Governo Local.** *Sociologia: problemas e práticas*, n. 46, p. 51-69, set. 2004.

GUTMANN, Amy. **Identity in democracy.** New Jersey: Princenton University Press, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Between Facts and Norms.** Cambridge, MIT, 1996. [existe tradução em português]

HART, Chris. **Doing a literature review**. Releasing the Social Science Research Imagination. London: Sage, 2002.

HELD, David. **Models of democracy**. Cambridge: Polity Press, 2006

_____;McGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

HIRSCHMAN, Albert. **Retóricas da Intransigência**. México: FCE, 1996.

HUNTINGTON, Samuel. **La tercera ola**. Barcelona, Paidós, 1994. (existe trad. bras.)

JOUVE, Bernard. **La democracia local: entre el espejismo neotocquevillista y la globalización**. Revista de Ciencia Política, v. XXIV, n. 2, p. 116-132. [Portal Scielo]

KALYVAS, Andreas. **Popular Sovereignty, Democracy, and the Constituent Power**. Constellation, v.12, n. 2, p. 194-222, jun. 2005. [Portal Capes]

KEANE, John. **Vida e morte da democracia**. Lisboa, Edições 70, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista**. México, FCE, 2004.

LIPJHARDT, Arend. **Las democracias contemporaneas**. Barcelona, Ariel, 1987.

_____. **Unequal Participation**: democracy's unresolved problem. The American Political Science Review, v. 19, n. 1, p. 1-14, march 1997.

LIPSET, Seymour Martin. **Some social requisites of democracy**: economic development and political legitimacy. The American Political Science Review, Vol. 53, No. 1, pp. 69-105, mar. 1959.

LLONA, Mariana; SORIA, Laura. **Presupuesto Participativo**: Alcances y límites de una política pública. Lima: DESCO, 2005.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo**. São Paulo, Unesp, 2007.

LÜCHMANN, Lígia Helena H. **A representação no interior das experiências d e participação**. Lua Nova, n. 70, p. 139-170, 2007.

MACPHERSON, Crawford Brought. **La democracia liberal y su época**. Madrid: Alianza, 1981. MAINWARING, Scott and TORCAL, Mariano. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. Opinião Pública, v. 11, n.2, p. 249-286, 2005.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MARAVALL, José María. **Los resultados de la democracia**. Madri, Alianza, 1995.

MARQUETTI, Adalmir. **Experiências de Orçamento Participativo no Brasil: uma proposta de classificação**. In DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (eds.), **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

McPHERSON, C. B. **La democracia liberal y su época**. Madrid: Alianza, 1981. [existe tradução em português]

MOORE Jr., Barrington. **Los orígenes sociales de la dictadura y la democracia**. Barcelona, Península, 2002. [existe tradução em português]

MORLINO, Leonardo. **Legitimacy and the quality of democracy**. International Social Science Journal, v. 60, n. 196, pp. 211-222, 2010

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos**. Revista Debates, v. 7, n. 1, pp. 15-115, 2013.

O'DONNELL, Guillermo. **Disonancias. Críticas democráticas**. Buenos Aires, Prometeo, 2007.

_____; SCHMITTER, Philippe. **Transiciones desde un gobierno autoritario (4)**. Barcelona, Paidós, 1994.

OBER, Josiah. **The Original Meaning of "Democracy"**: Capacity to do Things, not Majority Rule. Constellation, v. 15, n. 1, p. 3-6, march 2008. [Portal Capes]

PASE, Hemerson Luis. **Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis**. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS), 2001. (dissertação de mestrado)

PARETO, Vilfredo. **La transformación de la democracia**. Buenos Aires: Struhardt, 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PETTIT, Philippe. **The Power of a Democratic Public**. In Reiko GOTOH, R.; and Paul DUMOUCHEL, P. eds. *Against Injustice: The New Economics of Amartya Sen*, Cambridge: Cambridge University Press, 2009, 73-93.

PETTIT, Philip. **Three Conceptions of Democratic Control**. Constellation, v. 15, n. 1, p. 46-55, march 2008. [Portal Capes]

PLATÃO. **A República**. (varias edições)

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the limits of self-government**. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

PUTNAN, Robert et PHARR, Susan et DALTON, Russell. **What's Troubling the Trilateral Democracies?** In: PUTNAN, Robert et PHARR, Susan. Ed. **Disaffected Democracies**. Princeton, Princeton University Press, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos Rumos, v. 17, n. 37, pp. 4-28, 2002.

RACHID, Amira. **Orçamento participativo**: perspectivas para o mundo rural. Campinas, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, 2005. (dissertação de mestrado)

RANCIERE, Jacques. **Democracy, Republic, Representation**. Constellation, v. 13, n. 3, p. 297-307, march 2006. [Portal Capes]

RAWLS, John. **Political Liberalism**. New York: Columbia University Press, 2005. [existe tradução em português]

RIBEIRO, Ana Clara T.; GRAZIA, Grazia de. **As experiências de orçamento participativo no Brasil (1997-2001)**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ROSEMBERG, Arthur. **Democracia e Socialismo**. São Paulo: Global, 1986.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. (varias edições)

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. et AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: _____. Org. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. Os processos de globalização. In: _____. Org. **Globalização: fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento**, 2002b.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. (2 v.) São Paulo, Ática, 1994.

SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. São Paulo, Scritta, 1996.

SCHMITTER, Philippe. **El diagnostico y el diseño de la democracia**. Sistema, n. 203-204, p. 45-54, may. 2008.

SCHMITTER, Philippe. **The Quality of Democracy**: The Ambiguous Virtues of Accountability, *Journal of Democracy*, v. 15, n. 49, 47-60, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

SILVA, Marcelo K. **Construção da participação popular**: análise comparativa de processos de participação social na discussão do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2001 (Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Tese de Doutorado)

SOUSA, Celina. **Construção e consolidação de instituições democráticas**. Os orçamentos participativos. São Paulo em Perspectiva, v.15, n.4, pp. 84-97, 2001.

STUART MILL, John. **Considerações sobre o governo representativo**. (várias edições)

TARROW, Sidney. **Power in Movement**. New York: Cambridge University Press, 1998. [existe tradução em português]

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** (várias edições)

TUSALEM, Rollin F. **A boon or a bane?** The role of civil society in third -and fourth-wave democracies. *International Political Science Review*, v. 28, n. 3, p. 361-386, jun. 2007.

URBINATI, Nadia. **Representation as advocacy: a study of democratic deliberation.** *Political Theory*, v.. 28, n. 6, p. 758-86, 2000.

VITALE, Denise. Democracia Direta e Poder Local. A experiência brasileira do orçamento participativo, In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (eds.). **P participação e Deliberação.** São Paulo, Ed. 34, 2004.

WAINWRIGHT, Hilary. **Reclaim the State: experiments in popular democracy.** London: Verso, 2003.

WAMPLER, Brian. **Can Participatory Institutions Promote Pluralism? Mobilizing Low-Income Citizens in Brazil.** *Studies in Comparative International Development*, n. 4, v. 41, 57-79, 2007

WAMPLER, Brian. **Can Participatory Institutions Promote Pluralism? Mobilizing Low-Income Citizens in Brazil.** *Studies in Comparative International Development*, n. 4, v. 41, 57-79, 2007

WEBER, Max. **El político y el científico.** Madrid: Alianza, 1997.

WOLIN, Sheldon. **Democracy Incorporated.** New Jersey: Princeton University Press, 2008.

YOUNG, Iris. **Inclusion and Democracy.** New York: Oxford University Press, 2002.

YOUNG, Iris. **Activist challenges to deliberative democracy.** *Political Theory*, v. 29, n. 5, p. 670-690, oct